

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: A cada 15 dias	2
Título: Mudança foi ação do governo costurada por Moreira Franco	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Petrobras diz que pode evitar reajuste no preço da gasolina por até 15 dias	7
Título: Sem estudos, Moreira Franco anuncia leilão de térmica a gás no Nordeste	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Subsídios farão a conta de luz subir mais	11
Título: A dívida privada pesa	12
Título: Petrobras poderá segurar preço da gasolina por 15 dias	14
Título: Governo prepara blitz para fiscalizar tabela do frete	15
Título: Há 500 fiscais para 1,7 milhão de km	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	17
Título: Gasolina: fim do reajuste diário	17
Título: ANTT publica resolução sobre fiscalização da tabela de frete	19

VEÍCULO: O Globo**Data: 07/09/2018****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez e Bruno Rosa****Título: A cada 15 dias**

Preço da gasolina deixa de variar diariamente

A Petrobras alterou a periodicidade do reajuste de preços da gasolina em suas refinarias. A estatal anunciou ontem que as variações poderão acontecer em intervalos de até 15 dias, e não mais diariamente, como foi estabelecido em junho do ano passado. Para que a mudança, que teria ocorrido por pressões políticas, não cause perdas financeiras, a estatal vai adotar um mecanismo de proteção conhecido como hedge. A menor frequência dos reajustes deve aliviar, em parte, o bolso do consumidor. Analistas de mercado, porém, não têm consenso sobre se a medida é ou não positiva para a companhia.

Apesar da mudança, o diretor financeiro da Petrobras, Rafael Grisolia, afirmou que a companhia não alterou sua política de preços para a gasolina, que continuará acompanhando a evolução dos preços internacionais do petróleo e a variação do câmbio. Segundo ele, o mecanismo de hedge, que será usado por até 15 dias, vai permitir que a empresa obtenha um resultado financeiro equivalente ao que alcançaria com os reajustes diários. Ele garantiu que o valor do repasse será o equivalente à variação acumulada nos 15 dias em que não houve reajuste.

METODOLOGIA CRITICADA

Não é a primeira vez que a Petrobras sofre pressões para mexer na sua política de preços. Desde julho do ano passado os reajustes eram diários, em vez de mensais. Em janeiro deste ano, em meio a uma forte pressão política e da sociedade, a estatal passou a reajustar os preços do GLP, o gás de botijão, a cada três meses. Antes, com aumentos que acompanhavam o mercado, muitos consumidores, por não poder pagar o botijão, começaram a usar lenha e álcool, causando acidentes.

Depois, no fim de maio, veio a greve dos caminhoneiros, que reclamavam da falta de previsibilidade no preço do diesel. A paralisação, que durou dez dias e

causou transtornos à economia do país, levou o governo a conceder subsídios ao produto até o fim deste ano.

Segundo Grisolia, o objetivo da medida é dar mais flexibilidade à gestão da política de preços da gasolina, sem prejudicar a saúde financeira da Petrobras. No acumulado do ano, até ontem, o reajuste efetuado pela estatal nas refinarias (sem impostos) era de 32%, segundo cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). Pelos dados do IBGE, a gasolina acumula alta na bomba alta de 9,43% no ano, enquanto a inflação medida pelo IPCA está em 2,85% para o mesmo período.

— Achamos importante trazer alguns mecanismos financeiros para que possamos ter opção em momentos de volatilidade do câmbio e do preço da gasolina no mercado internacional. São instrumentos que dariam proteção de até 15 dias, no máximo, período em que a Petrobras manteria os preços nas refinarias estáveis. Ao fim de cada período desses, viria um reajuste — disse Grisolia.

O diretor de Refino e Gás, Jorge Celestino, admitiu que a mudança na periodicidade dos reajustes atende a "algumas reivindicações que vinham sendo feitas pelos agentes de mercado", que cobravam da Petrobras a adoção de mecanismos e ferramentas para mitigar a volatilidade dos preços dos combustíveis. Celestino negou que a medida tenha qualquer relação com a proximidade das eleições e com os rumores de que os caminhoneiros estariam ameaçando nova greve.

— A Petrobras vem evoluindo em sua política de preços desde 2016. Vínhamos estudando que ferramentas poderíamos implementar para tornar a Petrobras mais competitiva e rentável. Obviamente atendemos também aos sinais que o mercado e outros agentes têm encaminhado à Petrobras, de que a companhia precisava implementar mecanismos e ferramentas que mitigassem essa volatilidade — disse Celestino.

SEM EFEITOS NO CAIXA

O anúncio da Petrobras foi recebido com cautela por analistas. Relatório do banco BTG afirma que "o fato de a Petrobras não divulgar quando vai ou não usar o hedge pode reduzir a previsibilidade de preço a curto prazo". Com isso, segundo o banco, a medida pode ser negativa para os distribuidores, "que dependem da transparência (da Petrobras) para arbitrar preços".

Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, considera a medida positiva, com pouco impacto no caixa da estatal. Ele disse que isso dará à Petrobras mais um instrumento para evitar perdas, inclusive para a sociedade, como ocorreu com a greve dos caminhoneiros.

A XP, por sua vez, aponta em relatório a clientes que a medida "deve ser lida como negativa, pois pode ser interpretada como um retrocesso na política de preços, dado que a empresa ficaria mais exposta a potenciais perdas em momentos de volatilidade". Já o diretor de Consultoria de Dowstream da IHS, Felipe Perez, considera a decisão positiva para a Petrobras. Mas ressaltou que os compradores de combustível ficam mais vulneráveis, pelo fato de a estatal ser a única vendedora no país.

Para David Zylbersztajn, ex-diretor da ANP, a Petrobras poderia ter optado por um prazo maior, de 30 dias. Mas vê o uso do hedge como positivo para a estatal, porque evita perdas financeiras. Para o consumidor, diz, também é bom, pois permite maior previsibilidade de preços:

— Com um calendário de 15 dias, a Petrobras não corre risco de perder espaço no mercado com importações, já que é um período curto para haja avanço nesse tipo de operação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/09/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca e Martha Beck

Título: Mudança foi ação do governo costurada por Moreira Franco

BRASÍLIA- A mudança na política de reajustes da gasolina foi resultado de uma ação do governo, costurada pelo **Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Petrobras. Segundo interlocutores do Palácio do Planalto, a ideia foi buscar uma solução para dar maior previsibilidade aos consumidores.

A avaliação da ala política do governo é que a gangorra nos preços dos combustíveis provocada pelos reajustes diários gerou insatisfação na população, o que piorou ainda mais a imagem do presidente Michel Temer.

Segundo técnicos do governo, o assunto precisava ser resolvido antes das eleições, especialmente porque Temer e o próprio Moreira Franco querem sair

deixando a marca de que conseguiram resolver o problema da volatilidade no mercado de combustíveis.

Em maio, depois da greve dos caminhoneiros que provocou uma grave crise de desabastecimento, os ajustes nos preços do diesel, que eram diários, também sofreram mudanças, e o combustível passou a ser subsidiado.

Interlocutores da área econômica afirmam que o presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, vinha sofrendo pressões para dar uma solução ao problema da gasolina. Na avaliação desses técnicos, a medida anunciada ontem distensionou a relação com o Ministério de Minas e Energia. Eles afirmam que, agora, o próximo alvo de Moreira Franco é a tarifa de energia.

Durante a greve dos caminhoneiros, o questionamento da política de preços dos combustíveis esquentou e acabou derrubando da Pedro Parente da presidência da Petrobras em 1º de junho, logo após o governo anunciar que o reajuste do diesel deixaria de ser diário e passaria a ser mensal.

VEÍCULO: O Globo

Data: 07/09/2018

Seção: Economia

Autor: Gabriel Martins

Título: País tem deflação atípica de 0,09% em agosto

Resultado foi influenciado por queda nos preços de passagens aéreas e alimentos. Para analistas, recuo foi ajuste após altas provocadas por greve dos caminhoneiros. Expectativa para setembro é que o câmbio pressione inflação

Interrompendo uma sequência de 13 meses de alta, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou deflação de 0,09% em agosto, a menor taxa para o mês desde 1998, informou ontem o IBGE. Pesou no resultado, o recuo dos preços de alimentos e transportes.

O percentual veio abaixo do esperado pelo mercado, que previa uma inflação estável (0%). Para economistas, o resultado de agosto foi pontual, eliminando os efeitos da greve dos caminhoneiros, e já em setembro a inflação deve voltar para o campo positivo, alavancada principalmente pela alta do câmbio.

No acumulado dos oito primeiros meses de 2018, o índice ficou em 2,8%, acima do percentual registrado em igual período de 2017:1,62%.

Para André Braz, economista e coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Ibre/FGV, a deflação foi pontual e os efeitos da paralisação dos caminhoneiros na inflação acabaram no mês passado:

— A deflação não vai ser permanente. Ela foi pontual e aconteceu porque houve sobrecarga nos preços nos dois meses anteriores, motivada pela greve dos caminhoneiros e por problemas de safra. Com o fim desses efeitos, houve espaço para acomodações nos preços. Em agosto, colocamos um ponto final em tudo que subiu de forma transitória. Mas não enxergo a inflação ultrapassando a meta estipulada pelo governo, de 4,5% ao ano, com margem de 1,5 ponto percentual.

PESO MENOR DE ENERGIA

Nos últimos 12 meses, a inflação está em 4,18%, bem acima da taxa acumulada no mesmo intervalo do ano anterior, 2,46%.

Com deflação de 1,22%, o grupo dos transportes foi o principal impacto negativo no índice. O destaque foi o item passagem aérea, que, após a alta de 44,51% em julho, por causa das férias escolares, recuou 26,12% neste mês.

Já o grupo dos alimentos e bebidas recuou 0,34% em agosto, segundo mês consecutivo de quedas.

Luis Otávio Leal, economista-chefe do Banco ABC Brasil, destaca que a energia elétrica também influenciou na deflação de agosto, apesar de a bandeira tarifária vermelha continuar em vigor.

— O resultado negativo também foi consequência dos reajustes de energia elétrica. Em julho, várias regiões com grande peso na composição do índice tiveram aumento nas tarifas. Em agosto, com as tarifas já em vigor, não foi registrado grande impacto na inflação — indicou Leal.

A energia elétrica não teve deflação em agosto, mas desacelerou na comparação com julho. Foi de 5,33% para 0,96%. Entre os itens que tiveram aumento de preço em agosto, estão artigos de limpeza e eletrodomésticos.

EFEITO DO DÓLAR

Os economistas ponderam que a valorização do dólar deverá acelerar a inflação em setembro, uma vez que insumos alimentícios terão alta.

— Alimentos à base de trigo, milho e soja devem ter alta no próximo mês, bem como as carnes, já que a ração dos animais é feita com alguns desses produtos.

Soma-se a isso os aumentos no preço dos combustíveis, o que contribui para acelerar o IPCA. Esperamos uma inflação na faixa de 0,3% no próximo mês — disse Braz, da FGV.

Eletrônicos também devem pesar na inflação de setembro, indica Leal: — Aparelhos eletros eletrônicos, que usam componentes importados, também devem contribuir para a aceleração, que deve vir na faixa dos 0,3%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras diz que pode evitar reajuste no preço da gasolina por até 15 dias

Para estatal, novo mecanismo ameniza impacto do dólar sobre valor na bomba sem causar perda à empresa

Rio de Janeiro- A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (6) revisão na política de preços da gasolina, com a criação de um mecanismo para conter altas geradas por fatores externos, como desastres naturais e choques cambiais.

O anúncio da estatal ocorre após uma sequência de aumentos provocados pela escalada do dólar, que elevou o preço cobrado por suas refinarias em 12% desde o dia 18 de agosto.

A medida foi comemorada pelos postos de combustíveis, mas gerou dúvidas no mercado, que apontou risco de retrocesso na política instituída em 2016 para pôr fim ao período de perdas com a venda de combustíveis.

Anunciada em outubro de 2016 e revista em julho de 2017 para permitir reajustes diários, a política de preços da Petrobras entrou no foco do debate político durante a paralisação dos caminhoneiros, provocada por insatisfação pela alta do diesel.

A estatal diz que continuará acompanhando as cotações internacionais e as variações do dólar, mas a partir de agora a área comercial pode propor períodos de até 15 dias sem repasses quando entender que o mercado está sendo pressionado por razões externas.

Segundo a empresa, o objetivo é suavizar o repasse das volatilidades aos seus clientes e aos consumidores.

Os reajustes diários continuam autorizados, mas podem ser suspensos em períodos de volatilidade excessiva da cotação.

"O resultado final não vai ser alterado. Se subir 13% neste período [em que os repasses estiverem represados], no final vai ter 13% de aumento", afirmou o diretor de refino e gás da estatal, Jorge Celestino.

A empresa disse que usará mecanismos financeiros de proteção, conhecidos como hedge, para manter as margens de lucro.

Ao decidir segurar os repasses, comprará contratos futuros de gasolina ou de câmbio, que serão vendidos após os reajustes.

A Fecombustíveis, federação que reúne os donos de postos, disse que a decisão pode trazer mais previsibilidade ao mercado.

Em maio, uma semana antes da paralisação dos caminhoneiros, a entidade havia classificado como "perversa" apolítica de preços da estatal.

Logo após o anúncio, o analista Gabriel Fonseca, da corretora XP, disse que a notícia "deveria ser lida como negativa".

"Pode ser interpretada como um retrocesso na política de preços, dado que a empresa ficaria mais exposta a potenciais perdas em momentos de volatilidade."

Em junho, após a paralisação dos caminhoneiros, a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis) abriu consulta pública para estudar prazos mínimos para reajustes, mas o processo foi concluído sem a definição de novas regras.

A revisão da política da gasolina começou a ser discutida em meados de julho, quando o processo da ANP ainda estava em curso.

A empresa defende que se trata de um "aperfeiçoamento" de sua política de preços.

Em janeiro, a Petrobras já havia revisto a política de preços do gás de botijão, que Brasília AANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) informou nesta quinta (6) que começará a fiscalizar a aplicação da tabela de preços mínimos de frete. O anúncio foi feito após demanda da categoria pela inspeção.

Em edição extra do Diário Oficial da União, a agência reguladora divulgou uma mudança na resolução que trata da tabela de frete para incluir o valor da indenização, já previsto em lei.

O texto diz que, quando a ANTT constatar que os pisos mínimos não foram observados, os contratantes, subcontratantes e os transportadores serão notificados.

Informa, ainda, que o infrator tem de indenizar o transportador em valor equivalente a duas vezes a diferença entre o valor pago e o que seria devido.

A ANTT publicou, ainda, aviso de audiência pública para discutir "medidas adicionais para garantir o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas".

As contribuições começam na próxima segunda (10) e vão até 10 de outubro. Na quarta-feira (5), a agência divulgou aumentos que variam de 1,66% a 6,24% no frete.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 07/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Sem estudos, Moreira Franco anuncia leilão de térmica a gás no Nordeste

Técnicos afirmam que projeto desestrutura planejamento do sistema elétrico e tende a elevar custos

São Paulo- Sem apresentar estudos técnicos, **O Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco (MDB-RJ)** anunciou, nesta quinta (6), a realização de leilões regionais para contratar térmicas a gás natural que poderão elevar a conta de luz em R\$ 2 bilhões, segundo estimativas do setor. O primeiro leilão seria realizado no Nordeste.

Segundo o ministério, porém, esse tipo de leilão vai reduzir os preços de energia e ajudar a fomentar o setor de gás natural, "especialmente na região do pré-sal e no Nordeste".

O projeto é controverso, conforme antecipou a Folha, no fim de julho. Políticos do Nordeste e empresas do setor vinham pressionando por um edital, no máximo até setembro, que garantisse a construção das térmicas no Nordeste. A discussão chegou a gerar um racha entre diretorias do ONS (Operadora Nacional do Sistema, responsável pela gestão da energia do país). O ministério declarou à época que havia solicitado mais estudos para tomar uma decisão.

Especialistas do setor alegam que leilões regionais representam uma alteração profunda na política pública do setor, porque vão desestruturar todo o planejamento do sistema, e que uma mudança dessa dimensão não pode ocorrer de uma hora para outra, no fim de um governo.

"Esse tipo de leilão muda completamente a dinâmica do sistema. Teriam que se estruturar estudos que justifiquem isso", diz José Rosenblat, diretor da consultoria PSR.

Ao longo das últimas semanas, a Folha tem solicitado ao Ministério de Minas e Energia e à EPE (órgão responsável por estruturar os estudos para os leilões) o embasamento técnico para a proposta, mas até agora nada foi enviado.

Especialistas do setor também dizem que não viram, até agora, nenhuma justificativa técnica para o leilão regional.

"A ideia de autossuficiência energética virá de cabeça para baixo o sistema, que sempre foi planejado para ser interligado [por linhas de transmissão]. Estamos retroagindo. Para ser assim, teria que ter uma discussão mais ampla", afirma Edvaldo Santana, presidente da Abrace (associação de grandes consumidores) e ex-diretor da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Para Santana, o modelo de sistema interligado por linhas de transmissão — em que a energia não precisa necessariamente ser gerada na região de consumo — traz mais segurança energética, pois permite balancear crises locais de desabastecimento trazendo energia de outras regiões.

A ideia de autossuficiência energética — que cada região garanta sua própria geração — tem sido defendida pelo atual presidente da EPE (empresa pública responsável pelo planejamento do setor de energia), Reive Barros, que assumiu em abril.

Uma das principais justificativas do leilão é baratear o preço da energia, já que seriam substituídas usinas a óleo que são poluentes e mais caras que as usinas a gás que atualmente estão em operação.

No entanto, Rosenblat, da PSR, afirma que não há nem mesmo garantias de que as térmicas propostas sejam de fato mais econômicas que as usinas hoje em operação.

"A ideia é buscar a combinação geração-transmissão mais eficiente para o país. No momento que se diz que o leilão tem que ser nessa região, e de uma fonte específica, sem um estudo que justifique isso, está se arriscando aumentar o custo global para os consumidores", diz ele.

A confirmação do leilão foi dada após uma reunião entre Ministério de Minas e Energia, EPE, Aneel e ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis).

Ainda não está claro como será a contratação e qual será o impacto ao consumidor.

O ministro de Minas e Energia tem dito que descartou o plano inicial de fazer um leilão de reserva: em que o governo compra a energia que será gerada para viabilizar o empreendimento e repassa os custos (estimados em R\$ 2 bilhões) para a conta de luz.

No entanto, especialistas do setor afirmam que não haveria outro modelo possível.

A segunda opção, fora o leilão de reserva, seria um leilão de energia nova. Nele, não há repasses diretos à tarifa, pois quem contrata os projetos são as distribuidoras de energia.

Mas analistas argumentam que, devido à lenta retomada da economia e o fato de novas usinas estarem entrando em operação, as distribuidoras já estão sobre contratadas — com excesso de energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/09/2018

Seção: Editorial

Autor:

Título: Subsídios farão a conta de luz subir mais

Quase R\$ 2 bilhões a mais terão de ser aportados pelos consumidores para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que subsidia inúmeros programas e atividades no setor elétrico e tem um orçamento anual de R\$ 20 bilhões. O acréscimo anunciado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pela administração da CDE, provocará um impacto de 1,6% nas contas dos clientes do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste e de 0,31% nas contas dos consumidores do Nordeste e do Norte, para ser cobrado no momento das revisões tarifárias periódicas das empresas.

Esse aumento decorre da necessidade de subsidiar as distribuidoras da Eletrobrás do Norte e do Nordeste, objeto de um lento e incerto processo de transferência para o setor privado que se arrasta no Congresso e no Judiciário. Entre 2016 e 2018, foram repassados R\$ 4,3 bilhões para empresas da Eletrobrás (Acre, Amazonas, Piauí, Roraima, Rondônia e Alagoas). Há pouco

foram privatizadas Cepisa (Piauí), Ceron (Rondônia), Eletroacre (Acre) e Boa Vista (Roraima), mas atrasou a venda da concessão mais valiosa, da Amazonas Distribuidora.

A CDE é uma grande distribuidora de subsídios, justificáveis ou não. Sua ação permite reduzir as tarifas das famílias de baixa renda, comprar combustível em áreas isoladas do País, financiar o programa Luz Para Todos, investir em sistemas de irrigação e empresas de saneamento, incentivar usinas eólicas e solares. Do aporte recém- determinado pela Aneel, R\$ 406 milhões se destinarão a financiar, se for o caso, a geração de energia em usinas termoeletricas de Roraima caso o fornecimento de eletricidade da Venezuela seja suspenso.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, afirmou sobre o novo aporte que "esse é o custo da política pública" para a energia. Mas pouco se discute sobre a necessidade real e a eficiência dos subsídios ao setor elétrico. Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Salles, "a quantidade de subsídios é exagerada" e tende a se tornar "insustentável". Outros especialistas, como Nivalde de Castro, da UFRJ, defendem a revisão de subsídios para fontes que já se desenvolveram, como a eólica e a solar. Os consumidores são agentes passivos na política energética. Pagam subsídios e encargos vultosos, caso da bandeira vermelha devida aos riscos de apagão, sem ter como evitar os custos crescentes da energia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Celso Ming

Título: A dívida privada pesa

Um após outro, os candidatos à Presidência da República repetem que é preciso garantir o crescimento da economia e da renda. Mas não dizem como. Nem são capazes de identificar uma das principais travas para a retomada da atividade econômica, que é o alto endividamento, não só do setor público (déficit fiscal acumulado), mas, também, do setor privado. Quando vagam sobre o tema, pensam como se o endividamento do setor privado estivesse concentrado em bancos e cartões de crédito.

E, no entanto, nesse setor a inadimplência é até reduzida. Como mostram os últimos números do Banco Central, os atrasos por mais de 90 dias no resgate de dívidas com os bancos não ultrapassam os 5% dos tomadores de crédito com recursos livres. Os números da Serasa são mais enfáticos e mais

impressionantes. Nada menos que 61,6 milhões de brasileiros (ou de CPFs), ou 40,3% da população adulta estão inadimplentes.

As dívidas em atraso permeiam a sociedade. É empresa que deve para fornecedores, para funcionários, para a Receita Federal, para o INSS, para as distribuidoras de energia, para operadora de telefone e assim vai. Grande parte da população deve no crediário, nos impostos, na conta de luz, na de telefone e nos empréstimos feitos com familiares, amigos e compadres. O alto endividamento emperra tudo. Emperra o consumo tanto pela parte do devedor quanto do credor (que não recebe e não pode gastar) e emperra a tomada de novos empréstimos.

A ideia de que a retomada do crescimento econômico depende apenas do deslanche do crédito bancário e da redução dos juros é simplista e, se colocada em prática, fadada ao fracasso. O candidato do PDT, Ciro Gomes, chegou a sugerir que, se for eleito, estimulará grande operação de renegociação da dívida privada, tanto a contraída com os bancos como a contraída com outros agentes do setor privado. A redução de dívidas e o alongamento dos prazos às vezes são impostos até mesmo pela Justiça, como acontece nos casos de recuperação judicial.

Mas não podem ser amplos e indiscriminados, por duas razões. Primeira, porque estimulam novos calotes, como a prática demonstra. E, segunda, porque enfraquecem os credores que também serão obrigados tanto a reduzir seu consumo como, também, a retrain seus financiamentos formais ou informais. A saída é mesmo o crescimento econômico e da renda. E, no momento, são principalmente dois os setores em condições de proporcionar tração: o agronegócio e o petróleo.

Por trás do futuro do agronegócio está a impressionante demanda da China e dos asiáticos por alimentos. E é preciso aproveitar essa onda. Por trás do futuro do petróleo também está a demanda global por energia. Com um decisivo e gravíssimo porém: a era do petróleo está no fim. A partir de 2030 a maioria dos veículos que chegarão ao mercado será propulsada por motores elétricos e não por motores a combustíveis fósseis e, a partir de 2040, a demanda por petróleo cairá rapidamente. O Brasil tem pouco tempo para explorar essas riquezas. Infelizmente, o governo mostra pouca pressa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 07/09/2018****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO****Título: Petrobrás poderá segurar preço da gasolina por 15 dias**

Com mudança na política de reajustes, estatal deixa de fazer revisões diárias; Guardia elogia medida e diz que não houve interferência

A Petrobrás anunciou nova mudança na periodicidade de reajuste da gasolina, dessa vez, com mais apelo popular. Essa é a terceira alteração em menos de dois anos. Em outubro de 2016, os preços passaram a ser revisados mensalmente nas refinarias; em julho de 2017, diariamente e, desde ontem, a empresa adota ferramentas financeiras que vão permitir segurar o preço por até 15 dias. Para evitar prejuízos, a petroleira vai recorrer a instrumentos financeiros de proteção: a compra de derivativos de gasolina na Bolsa de Nova York e o hedge cambial no Brasil.

Com os derivativos, a empresa se protege de oscilações de preços do combustível enquanto mantém os seus próprios preços inalterados. Assim, ainda que perca dinheiro por alguns dias por não reajustar a gasolina enquanto a commodity sobe no mercado externo, ganha com os derivativos na mesma proporção. No final das contas, o saldo entre perdas e ganhos é nulo, e o cliente é beneficiado por não ter que lidar com as variações diárias do preço.

"Devido aos volumes desse mercado, o máximo que a gente consegue ter de eficiência financeira é em períodos de até 15 dias (de manutenção do preço). Não será a cada 15 dias (que os reajustes vão acontecer). Serão períodos que vão variar", afirmou o diretor Financeiro da estatal, Rafael Grisolia. Ontem, a estatal também informou o preço da gasolina que passará a valer hoje, de R\$ 2,20 por litro, o mesmo dos dois últimos dias, o que significa estabilidade de pelo menos três dias.

As mudanças não vão interferir, porém, no tamanho dos reajustes que a Petrobrás vai aplicar daqui para frente. As altas da commodity no mercado internacional continuarão sendo repassadas aos clientes. Só mudam os prazos. "O que essa ferramenta está tirando é a volatilidade. O delta (de variação de preço) ao final dos períodos se mantém", disse o diretor de Refino e Gás Natural, Jorge Celestino. Portanto, o consumidor continuará pagando nos postos um valor equivalente ao cobrado no mercado internacional, mas vai sentir menos esse repasse, porque só vai acontecer de tempos em tempos, dentro de um limite de 15 dias.

A política de paridade internacional está mantida, diz a Petrobrás. As revisões frequentes dos preços da Petrobrás motivaram a paralisação dos caminhoneiros no fim de maio deste ano. Em meio aos desgastes políticos da greve, o então presidente da estatal, Pedro Parente, pediu demissão e foi substituído pelo diretor Financeiro, Ivan Monteiro, que hoje dirige a companhia. Questionados se a utilização das novas ferramentas financeiras está relacionada à proximidade das eleições e aos rumores de nova paralisação dos caminhoneiros, os diretores da estatal afirmaram que a medida já vinha sendo analisada.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, avaliou a mudança como positiva e disse que a decisão foi exclusiva da empresa, com "zero" interferência do governo. "É uma decisão exclusiva da Petrobrás com base em critérios técnicos aprovados pela governança da empresa." Ele disse que foi informado da decisão na manhã de ontem pelo presidente da Petrobrás. A pesquisadora da FGV Fernanda Delgado avalia que não faz sentido uma empresa monopolista fazer hedge. "Quando você controla preço, seja do jeito que for, não traz competitividade para o mercado. Isso desconstrói a confiança dos investidores, porque a qualquer problema o governo vem e interfere." / COLABOROU ADRIANA FERNANDES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/09/2018

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: Governo prepara blitz para fiscalizar tabela do frete

Fiscais da ANTT ganham embasamento jurídico para dar a caminhoneiro direito de ir à Justiça buscar indenizações

Acuado diante do risco de uma nova paralisação dos caminhoneiros, o governo anunciou ontem que vai atender a mais um pleito da categoria: o início da fiscalização quanto ao cumprimento da tabela de preços mínimos do frete rodoviário. Segundo fontes do governo, haverá "várias" operações ao longo do feriado de 7 de setembro. Os detalhes, porém, são mantidos em sigilo. A urgência é tanta que foi publicada na tarde de ontem uma edição extra do Diário Oficial com o objetivo de dar embasamento jurídico à atuação dos fiscais da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Esse mandato legal não existia e, pelo rito normal, levaria perto de quatro meses para ser criado. Sem poder esperar tanto tempo, o Planalto emitiu uma ordem para começar a fiscalização o quanto antes. Os fiscais teriam de estar nas

estradas antes da próxima quarta-feira, quando está programada uma manifestação de caminhoneiros para cobrar a atuação dos fiscais da ANTT. Num primeiro momento, os fiscais poderão notificar as pessoas e empresas que tenham contratado frete abaixo da tabela.

Esse documento poderá servir de base para que o caminhoneiro busque, na Justiça, uma indenização equivalente ao dobro da diferença entre o preço praticado e a tabela. Essa compensação está prevista na lei que estabeleceu a política de preços mínimos do frete rodoviário. Uma possibilidade em estudo no governo é colocar os sindicatos dos caminhoneiros como intermediários num entendimento entre o motorista e o embarcador. A aplicação de multas que vão gerar recursos aos cofres públicos ainda será regulada pela ANTT.

Também ontem, o órgão abriu uma audiência pública para receber sugestões da sociedade a respeito de procedimentos para garantir o cumprimento da tabela do frete. Serão 30 dias de consulta. Essa é a segunda vez nesta semana que o Planalto atropelou procedimentos técnicos da ANTT para atender à pressão dos caminhoneiros. O reajuste médio de 5,0% na tabela do frete anunciado na quarta-feira, para acomodar a alta de 13% do diesel às distribuidoras, é outro exemplo. Às vésperas das eleições, estabeleceu-se nos escalões políticos um vale tudo para evitar um novo colapso na mobilidade e no abastecimento do País.

Ganhou, mas não levou. Nos gabinetes da Esplanada dos Ministérios há quem avalie que os caminhoneiros ganharam, mas não levaram o tabelamento do frete. Parte do mercado vem operando com preços abaixo dele. De acordo com um técnico, isso vem ocorrendo principalmente no agronegócio. Como a legalidade da própria tabela está em discussão, algumas empresas, independentemente do setor, têm contratado serviços a preços inferiores. As mais prudentes fazem um provisionamento para o caso de terem de pagar a indenização. Outras simplesmente ignoram o tabelamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 07/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Há 500 fiscais para 1,7 milhão de km

Com cerca de 500 fiscais para atuar em 1,7 milhão de quilômetros de rodovias do País, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) vai atuar pontualmente para verificar o cumprimento da tabela do frete rodoviário. A ideia é fazer operações de forma não previsível para gerar o que os fiscais

chamam de "efeito demonstração": forçar os embarcadores a contratar serviços dos caminhoneiros pela tabela, diante do risco de ser apanhado descumprindo-a. /L.A.O.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/09/2018

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Gasolina: fim do reajuste diário

Pressionada pela alta volatilidade do dólar às vésperas da eleição, a Petrobras anunciou ontem mais uma mudança na política de reajustes do preço da gasolina. Em vez de sofrer alterações diárias, como vem ocorrendo desde julho do ano passado, o valor do litro na refinaria poderá ficar congelado por até 15 dias. Para evitar prejuízos, a estatal usará mecanismos financeiros de proteção, como a compra de derivativos de gasolina na Bolsa de Nova York e de hedge cambial no Brasil. Segundo a companhia, o preço da gasolina na refinaria, nesta sexta-feira, é de R\$ 2,2069, o mesmo dos dois últimos dias.

Para especialistas, a medida é boa, porque mantém a política de paridade dos combustíveis com o mercado internacional, ainda que com um prazo maior para aplicar as variações, mas também é preocupante, porque foi tomada por pressões externas à empresa.

De acordo com João Paulo Naegle, especialista do setor de óleo e gás do escritório Vinhas e Redenschi Advogados, a medida certamente evita variações bruscas de preços e permite que o consumidor tenha mais previsibilidade em relação aos valores que encontrará nos postos. “Agora, a Petrobras, por ser uma empresa estatal, está sempre sujeita a influências do Poder Executivo. Então, é possível que tenha havido algum tipo de pressão para adotar a medida, por conta da proximidade das eleições e a maior volatilidade do câmbio neste período”, avaliou.

No anúncio que fez ao mercado, a Petrobras garantiu que, “sem abrir mão da paridade dos preços internacionais, o mecanismo permitirá à empresa obter um resultado financeiro equivalente ao que alcançaria com a prática de ajustes diários”. O diretor financeiro da companhia, Rafael Grisolia, explicou que a proteção pode ser aplicada por prazo máximo de 15 dias, mas os reajustes podem ocorrer em períodos variados. “Podem ser cinco, seis, sete dias”, disse.

Segundo ele, com os derivativos, a empresa poderá se prevenir das oscilações

do valor do combustível enquanto mantém os seus preços inalterados. Mesmo que venha a perder dinheiro por alguns dias, se não reajustar a gasolina no ambiente doméstico enquanto a commodity sobe no mercado externo, a companhia ganhará com os derivativos na mesma proporção. “No fim das contas, o saldo entre perdas e ganhos é nulo, e o cliente é beneficiado por não ter que lidar com as variações diárias”, ressaltou.

No entanto, as mudanças não vão interferir no tamanho dos reajustes que a Petrobras vai aplicar daqui para frente. As altas no mercado internacional continuarão sendo repassadas, e o que vai mudar é apenas o prazo. “Essa ferramenta vai amenizar a volatilidade. A variação de preço ao final dos períodos se mantém”, explicou o diretor de Refino e Gás Natural, Jorge Celestino. Portanto, o consumidor continuará pagando nos postos um valor equivalente ao cobrado no mercado internacional, mas vai sentir menos esse repasse, que só vai ocorrer de tempos em tempos, dentro de um limite de 15 dias.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, ressaltou que a medida mostra que a Petrobras está caminhando na curva de aprendizado para que, no futuro, não se tenha mais política de preços de combustíveis e a questão seja tratada como são as demais commodities, como açúcar e soja. “O teto do hedge é 15 dias. Mas o seguro permite que a empresa espere passar a volatilidade sem tomar prejuízos. Claro que, no fim do prazo, a Petrobras vai fazer a conta e pode ser que o reajuste seja mais violento”, estimou.

Essa é a terceira mudança na política de preços da Petrobras. No fim de 2016, a companhia anunciou que ajustaria os preços com paridade com o mercado internacional, considerando as oscilações do câmbio e do barril de petróleo, com reajustes mensais. Em julho de 2017, a estatal avaliou que era melhor as alterações serem diárias. “Na época, o governo decidiu dobrar o PIS e a Cofins sobre os combustíveis, e os estados subiram o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), então, o preço variou mais por conta da carga tributária do que por causa do barril de petróleo”, lembrou Pires.

Caminhoneiros

A greve dos caminhoneiros interrompeu a curva de aprendizado, explicou o diretor do Cbie. “O país voltou atrás e o governo passou a intervir no preço do diesel, justamente num momento em que a Petrobras aumentava a participação de mercado. Houve uma ruptura no processo”, comentou.

Agora, segundo o especialista, o que a companhia está fazendo é se prevenir da temporada de furacões nos Estados Unidos. “Além disso, as eleições também

provocam volatilidade do dólar. Então, a Petrobras decidiu pela política de proteção, de hedge, para evitar que eventos climáticos e o câmbio interfiram demais nos preços. Se não tivesse subvenção ao diesel, com certeza essa medida seria também para o combustível, mas não entrou”, disse.

Celestino, diretor de Refino da Petrobras, confirmou que um dos eventos que podem causar volatilidade excessiva são ocorrências climáticas nos Estados Unidos. “Os preços sempre vão variar segundo a oferta e a demanda. Mas outros fatores, como furacões nos Estados Unidos que podem deixar algumas instalações indisponíveis. Isso traz um efeito de volatilidade que não é estrutural, mas conjuntural”, afirmou. O mercado recebeu bem a mudança. As ações preferenciais da Petrobras subiram 1,82% e as ordinárias se valorizaram 0,87% no pregão de ontem.

- **ANP interdita revendas de GLP**

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou fiscalizações no mercado de abastecimento do Distrito Federal e interditou revendas irregulares de GLP, o gás liquefeito de petróleo, mais conhecido como gás de cozinha. Ao longo da semana, foram fiscalizados 27 revendedores de GLP e cinco postos de combustíveis automotivos. Operação realizada em conjunto com a Polícia Civil do DF (4ª DP) identificou três revendas irregulares, que utilizavam veículos de transporte de GLP como ponto fixo de comercialização. As três foram fechadas. Também foi autuado e interditado um estabelecimento autorizado, localizado na região de Vicente Pires, que fornecia para o comércio irregular na região do Guará II.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 07/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: ANTT publica resolução sobre fiscalização da tabela de frete

Deu no www.correiobraziliense.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) confirmou que vai iniciar a

fiscalização do cumprimento da tabela do frete rodoviário. Em nota, a agência reguladora informa que publicou, em edição extra do Diário Oficial da União ontem, a Resolução 5.828, que autoriza a notificação das pessoas e empresas que contratarem frete rodoviário abaixo da tabela. A punição equivale a duas vezes a diferença entre o preço praticado e o da tabela. Essa resolução modifica a de número 5.820, publicada no fim de maio, que estabeleceu o tabelamento.

Governo se mobiliza para vender térmicas a gás este ano

O governo confirmou que vai realizar, se possível ainda este ano, o leilão de usinas térmicas a gás natural para substituir térmicas a diesel e óleo combustível cujos contratos estão terminando a partir de 2023/2024, disse ontem o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, que se reuniu na sede da agência no Rio com **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. Além do ministro, estiveram reunidos na ANP o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Reive Barros, e o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone. O objetivo do encontro foi designar as competências de cada órgão para tentar realizar o leilão, que vai substituir 5.135 megawatts de capacidade instalada de combustível mais poluente, ou 40% do total de térmicas instaladas no país, informou o presidente da EPE.

MME / ASCOM .